



INFORMATIVO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ano I • Nº 10 • Maio de 2009

Paraíba



CAMPINA GRANDE

Transposição do São Francisco foi tema de debate no Seminário organizado pelo Ministério Público

Pág. 4

SERVIDORES

Aprovados no
último concurso
são nomeados

Pág. 3

EXPLORAÇÃO SEXUAL

MPPB e MPT lançam
Código de Conduta
do Turismo

Pág. 6

CORRUPÇÃO

Promotora de Ingá pede
afastamento de servidores,
após denúncia

Pág. 7

MPPB faz

Nessa edição, o informativo vem recheado de matérias demonstrando as diversificadas áreas em que o Ministério Público do Estado da Paraíba vem desenvolvendo suas atividades. Desde a promulgação da Carta Magna de 1988, a Constituição Federal da República, a instituição ministerial saiu de trás dos birôs e passou a, efetivamente, fiscalizar a aplicação correta da lei.

Promotores de Justiça deixam de ser substitutos e recebem promoção para a titularidade; servidores aprovados no último concurso público são nomeados; delegacias são vistoriadas por membros do MP, os quais recomendam transferências, como forma de prevenção e segurança; cartilha de orientação contra o abuso sexual da criança e do adolescente é lançada; descoberta de irregularidades em Cadeia Pública. Estes, dentre outros fatos, são exemplos do quanto o parquet paraibano tem trabalhado, pon-do em prática seu mister, que é ser uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Ainda neste número, a prática reprovável do nepotismo, nas esferas dos poderes executivo e legislativo, foi combatida veementemente pela Promotoria de Justiça do Município de Coremas, no Sertão da Paraíba, como também, em São Bento, a Justiça deferiu o pedido de liminar do MP, obrigando a Prefeitura convocar os aprovados em concurso. Isto reforça a sensação de que realmente o Ministério Público faz e faz bem feito, e, o melhor, quem ganha é a sociedade, que tem uma poderosa arma em defesa de seus direitos.

A falta de uma uniformidade conceitual poder-se-ia afirmar que o direito é um sistema de normas jurídicas que, conforme as necessidades sociais, estabelece os limites do modo de agir de cada pessoa com o objetivo de evitar conflitos e conciliar interesses antagônicos para propiciar à sociedade a ordem, a segurança e a paz, indispensável ao desenvolvimento das potencialidades humanas como meio de satisfação das necessidades individuais ou coletivas, tendo em vista o bem comum.

Embora no ordenamento jurídico tenhamos, de um modo geral, definidos direitos e liberdades extensivo a todos os membros da sociedade brasileira, na prática temos cidadãos de primeira, segunda e terceira classe e mesmo não cidadão, isto é, indivíduos sem voz, sem espaço e sem nenhum respaldo real nas instituições vigentes.

Efetivamente, grande parcela da população brasileira, seguramente mais de dois terços, segundo estatísticas conhecidas, não são detentores de direitos, porque vivem em situação de penúria, marginalizados, verdadeiros párias sociais. São os que não podem escolher com quem viver, onde morar, o que comer, no que trabalhar, o que vestir e nem de longe imaginam a possibilidade de discutir uma ordem recebida ou obter proteção da sociedade se forem vítimas de uma violência.

Para além desses miseráveis, existe, igualmente, outra parcela que vive em melhor condição material, mas que não decide sobre o seu destino, porque de tal forma controlada por exigências e restrições econômicas e sociais que não consegue escolher o seu modo de vida e não tem comando nem mesmo sobre sua vida afetiva. Essa dominação é quase sempre bem disfarçada por um aparato formal, que define direitos e aparentemente oferece benefícios e proteção, mas que geralmente não passa de um

conjunto de regras e comandos sem aplicação real ou relacionados com aspectos secundários da vida social.

Ubi societas, ibi jus: onde há sociedade há direito. Nenhum país de mundo deixa de ser regido pelo direito, no entanto, os cidadãos são tratados de forma muito diversa, havendo os que nascem com todas as vantagens ao lado de outros que desde o nascimento estão condenados à marginalização e a mais dura e inglória luta pela sobrevivência. E há sempre uma ordem jurídica determinando que se aceite como normal tal diferenciação, uma vez que a riqueza de um e a miséria de outro não contrariam o direito estabelecido. A lei é igual para todos, mesmo que um more em um enorme castelo e o outro embaixo da ponte. A igualdade, portanto, não é real, mas apenas uma formalidade.

Isso porque, na verdade, o direito regula a vida social, isto é, as relações sociais, de acordo com os interesses, valores e ideais da classe social que detém o poder, domina o Estado e exerce, assim o domínio político, econômico e cultural sobre toda a sociedade, com prejuízo dos contingentes mais populosos da população, integrante das outras classes sociais.

A realidade brasileira, como produto de uma brutal herança histórica, tem sido marcada nestes últimos séculos pelo autoritarismo, pela exclusão e pelo elitismo, como base de manutenção de privilégios de elites que buscam se perpetuar em suas posições de mando e riqueza através da expropriação e exploração de uma ampla maioria, sujeita a viver de biscates ou de empregos que lhe rende um salário considerado dos mais baixos do mundo, não obstante, no contexto mundial, o país ostentar posição privilegiada em termos de economia capitalista.

A dívida social do Estado para com a população excluída socialmente é secular. Tomar consciência desse débito é necessário para, através da prática política, se conquistar, se não a cidadania plena, pelo menos o direito de ter direitos!

* Williams Lacerda da Costa é Promotor de Justiça (aposentado)

EXPEDIENTE

Procuradora Geral de Justiça:
Janete Maria Ismael da Costa Macedo
Subprocurador Geral de Justiça:
José Roseno Neto
Corregedor Geral do Ministério Público:
Paulo Barbosa de Almeida
Secretário Geral do Ministério Público:
Cláudio Antônio Cavalcanti

Jornalista Responsável:
Eloise Elane – DRT/PB- 2687/90
Registro nº 293
Integrantes da Assessoria de Imprensa do MPPB:
Almira Félix, Lila Santos e Cristina Fernandes
Fotógrafo:
Adeilton Almeida
Projeto Gráfico e Diagramação:
Sebastian Fernandes - Registro nº 1.742



Ministério
Público da
Paraíba

Procuradoria Geral de Justiça
Rua: Rodrigues de Aquino, S/Nº, Centro,
CEP: 58.013-030 - João Pessoa-PB

Tiragem: 1.000 exemplares



Promotores de Justiça são promovidos

A Procuradora Geral de Justiça, Janete Ismael, deu posse a 21 promotores de Justiça que foram promovidos. A cerimônia aconteceu no Gabinete da PGJ e contou com a presença do Subprocurador-Geral de Justiça José Roseno Neto; do Secretário-Geral, Cláudio Antônio Cavalcanti; do Corregedor-Geral do Ministério Público, Paulo Barbosa de Almeida e do coordenador do Centro de Estudos

e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), José Raimundo de Lima.

Dos 21 promovidos, 16 eram substitutos e passaram a ser Promotores de Justiça de 1ª Entrância em várias Promotorias de Justiça Cumulativas espalhadas pelo Estado. Dois promotores de Justiça de 1ª Entrância foram promovidos para a 2ª Entrância e três promotores de Justiça de 2ª Entrância foram promovidos à 3ª Entrância.

O termo de posse foi lido pelo Secretário-Geral Cláudio Antônio Caval-

canti. Em seguida, o Promotor de Justiça Carlos Guilherme Santos Machado - que foi promovido para a 1ª entrância na Promotoria de Justiça Cumulativa de Uiraúna - falou em nome dos demais promotores.

Janete Ismael também discursou, exaltando a importância do Ministério Público, sobretudo para as populações mais carentes e mais vulneráveis à violação de direitos e sobre a responsabilidade dos membros da Instituição.

PGJ nomeia aprovados no último concurso público para servidores

Dezenove aprovados no último concurso público para o provimento de cargos em nível médio e superior foram nomeados para assumir seus respectivos cargos. As nomeações foram publicadas no Diário da Justiça do dia 14 de maio.

O II Concurso de Servidores do MPPB foi realizado em janeiro de 2007. Quase 7 mil pessoas se inscreveram para concorrer às 120 vagas oferecidas pela Procuradoria Geral de Justiça nas cidades de João Pessoa, Guarabira, Patos, Sousa, Cajazeiras, Mamanguape e Pombal. De acordo com a diretora administrativa do MPPB, Valdênia de Figueiredo Inácio, o concurso que venceu em junho foi prorrogado por mais dois anos.

A primeira nomeação dos aprovados ocorreu em fevereiro de 2008, quando 94 pessoas foram convocadas para assumir seus cargos. Depois, as nomeações ocorreram de acordo com as necessidades da instituição.

A direção administrativa do MPPB informou que os novos servidores participaram de um curso obrigatório de capacitação promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf).

Remanejamento de delegacias que funcionam em prédio precário é recomendado pelo MP, em Campina

Uma recomendação da Promotoria de Defesa dos Direitos do Cidadão de Campina Grande orientou a Secretaria de Segurança e da Defesa Social da Paraíba (Seds) a transferir, num prazo de 30 dias, as atividades da 2ª Gerência Regional de Polícia Civil, Central de Polícia e Delegacias Especializadas, daquele município, para um prédio mais seguro. Laudo técnico de órgãos da defesa civil constatou que a atual sede da Polícia Civil, localizada na Rua Lino Gomes, no Bairro de São José, corre riscos iminentes de desabamento, devido à existência de insalubridade, e de ocorrência de incêndio.

A situação em que se encontram as instalações físicas do referido imóvel, que, inclusive, já é objeto da instauração e tramitação de Inquérito Civil Público, representa, na opinião do Promotor de Justiça Luís Nicomedes de Figueiredo Neto, violação ao princípio da dignidade humana. "Há risco de vida para servidores públicos ali lotados, custodiados e usuários dos serviços prestados", ressaltou.

O prédio foi construído há mais de 50 anos e serviu por mais de duas décadas como Pronto Socorro do Município de Campina Grande. Os órgãos responsáveis pelo laudo foram a Coordenação da Defesa Civil e Vigilância Sanitária municipais e Gerência da Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado.

De acordo com o documento encaminhado ao Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança e da Defesa Social, a transferência deve ser realizada sem que as prestações dos serviços à população sofram solução de continuidade, já que são de caráter essencial dentro da missão constitucional atribuída às polícias.

Seminário do Semiárido

I Encontro sobre Meio Ambiente é realizado em Campina Grande

TRANSPosição DO SÃO FRANCISCO, PREVISTA PARA 2010 NA PB, FOI UM DOS ASSUNTOS DE DESTAQUE

Os aspectos técnicos e legais para a sustentabilidade do Semiárido foram discutidos no I Encontro sobre o Meio Ambiente, realizado pelo Ministério Público da Paraíba, através do 2º Centro de Apoio Operacional às Promotorias (Caop). O evento que foi aberto pela Procuradora Geral de Justiça, Janete Ismael, no Auditório da Fiep, em Campina, tratou, entre outros assuntos, da transposição do Rio São Francisco.

No discurso de abertura do evento, a Procuradora Geral Janete Ismael disse que a questão do meio ambiente é um tema relevante não só para o Brasil, mas para o mundo. “Todas as palestras a serem ministradas neste evento, sem exceção, são de suma importância e vão ser expostas por pessoas com compro-



O encontro aconteceu na sede da Fiep e foi organizado pelo 2º Caop de Campina Grande.

misso com o meio ambiente e com alto conhecimento sobre o assunto. Quero elogiar o doutor Eulâmpio Duarte, coordenador do 2º Caop, pela iniciativa. Ele que há muito tempo vem se preocupando com o meio ambiente, em especial com o Semiárido, buscando soluções

para os problemas enfrentados por esta região”, declarou a Procuradora.

O coordenador do 2º Caop, Eulâmpio Duarte, observou, durante o encontro, que o Semiárido paraibano está em acelerado processo de desertificação. Segundo ele, urge que sejam tomadas providências no sentido de interromper essa degradação ambiental. No encontro foram apresentadas as providências que o Ministério Público e demais órgãos encarregados da defesa do meio ambiente poderão tomar para proteger as bacias hidrográficas que receberão água do Rio São Francisco.

Outros temas discutidos foram: “Análise Constitucional da Caatinga”, “Regeneração Natural da Vegetação e da Flora do Semiárido”, “Contexto Florestal: Suas Consequências no Ambiente e Alternativas de Sustentabilidade” e a “Escassez de Água no Nordeste Setentrional”.

Promotor solicita implantação de delegacia especializada contra crimes cibernéticos

Os crimes praticados através da rede mundial de computadores tem preocupado diversas autoridades brasileiras. De acordo com o Promotor de Justiça de Campina Grande, Herbert Targino, pesquisas apontam que, no Brasil, fraudes financeiras que utilizam a internet e correios eletrônicos já superam os prejuízos provocados pelos assaltos a bancos. Diante desse problema, o Promotor da Infância e Juventude de Campina, Herbert Targino, solicitou ao Governo do Estado a implantação de uma Delegacia Especializada contra Crimes Cibernéticos.

Apesar do aumento do número de crimes cibernéticos em todo o País, vários estados não dispõem de delegacias especializadas para investigar os delitos cibernéticos. No dia 6 de maio, o Promotor Hebert Targino se reuniu, em Campina Grande, com o secretário de Segurança



Promotor Herbert Targino

e Defesa Social da Paraíba, Gustavo Gominho, para discutir a segurança pública na cidade e a implantação da Delegacia Especializada.

Dentre os crimes mais praticados por hackers estão as fraudes bancárias e financeiras. “Em 2008, levantamentos do Banco Central atestam que foram realizadas 7,2 bilhões de operações bancárias pela rede de computadores no Brasil, de tal forma que a internet se aproxima do uso dos caixas eletrônicos que realizam 7,9 bilhões de operações no ano passado”, acrescentou.

Estelionato, extorsão e crimes contra a honra, associados aos crimes praticados contra crianças e adolescentes (com destaque para os crimes de pedofilia, pornografia infanto-juvenil, de abuso e exploração sexual) também constituem os crimes mais praticados pela internet.

Janete encaminha relatório sobre a situação das delegacias ao Governador

A PROCURADORA GERAL DE JUSTIÇA, JANETE ISMAEL, ENCAMINHOU AO GOVERNADOR DA PARAÍBA, JOSÉ TARGINO MARANHÃO, E AO SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, GUSTAVO FERRAZ GOMINHO, O RELATÓRIO DE INSPEÇÃO NAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL DA CAPITAL E REGIÃO METROPOLITANA.

O documento produzido pelos Promotores de Justiça que coordenam a Central de Acompanhamentos de Inquéritos Policiais de João Pessoa (Caimp/JP), Ricardo Lins e Alexandre Varandas, é o resultado do trabalho de controle externo da atividade policial, realizado entre os meses de março e maio.

Quase 80 recomendações foram feitas pelos coordenadores da Caimp a delegados e escrivães de polícia, à Secretaria de Segurança e Defesa Social, ao Delegado Geral da Polícia Civil, à Corregedoria Geral da Segurança Pública, ao Comando da Polícia Militar e ao IPC. Dentre elas estão a urgente contratação de mais delegados, a implantação do sistema de rodízio de escrivães entre as 12h e as 14h nas delegacias e a instauração imediata dos inquéritos policiais relativos às ocorrências criminais registradas nos últimos três me-

ses pertinentes a crimes de ação penal pública incondicionada, cujos processamentos não dependem da vontade das vítimas.

O Ministério Público solicitou que delegacias especializadas como a da Infância e Juventude e a da Mulher também contem com plantão durante a noite, finais de semana e feriados, considerando a especificidade do atendimento desenvolvido por ambas.

Oitenta e sete policiais, entre delegados e escrivães de polícia civil, foram entrevistados.



Janete Ismael encaminhou o relatório

Associações de Servidores dos Ministérios Públicos se reúnem em JP

Trinta representantes das Associações de Servidores dos MPEs participaram do 7º Encontro da Associação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (Ansemp). O evento aconteceu por dois dias, no auditório João Bosco Carneiro, localizado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça da Paraíba, no Centro de João Pessoa.

A presidente da Ansemp, Leonice dos Reis Ayeres, disse que o maior objetivo da associação nacional é contribuir com o fortalecimento do Ministério Público em todo o País. Para a presidente da Associação dos Servidores do MPPB, Fernanda Malheiros Serpa Lins, o encontro foi importante para a categoria porque discutiu temas como a unificação das carreiras dos servidores do Judiciário, a Resolução 29 do Conselho Nacional do MP e o processo eleitoral para escolha da nova gestão da Ansemp.

O encontro teve o apoio do Ministério Público da Paraíba e foi aberto aos servidores da instituição. A abertura do evento contou com a participação do Coral Iêda Navarro, composto por servidores paraibanos. A Procuradora-



Presidentes das Associações dos Servidores dos MP's se reuniram na sede da PGJ

Geral de Justiça Janete Maria Ismael da Costa Macedo falou sobre a evolução do Ministério Público na sociedade e a importância do servidor. “Quero manifestar a alegria em recebê-los”, disse aos representantes que compareceram ao evento.

A Procuradora-Geral aproveitou a ocasião para falar sobre a política de valorização dos servidores desenvolvida nos últimos anos e da melhoria das condições de trabalho no MPPB.

Ministério Público ingressa na Justiça para que Prefeitura recupere ruas de Patos

A Promotoria de Justiça de Patos ingressou com uma ação civil pública contra a Prefeitura Municipal para que sejam iniciadas as obras de recuperação da malha viária das principais ruas da cidade. De acordo com o Promotor de Justiça Elmar Thiago Pereira de Alencar, além de causar grandes prejuízos financeiros aos proprietários de veículos, que precisam fazer manutenção nos carros constantemente, os buracos existentes nas principais vias do município comprometem a segurança dos moradores, que ficam mais vulneráveis aos acidentes de transporte.

Na ação, o Promotor de Justiça alega que o patrimônio público estaria sendo desprezado, visto o pagamento de indenizações a particulares pelos danos materiais causados pela omissão do poder público em recuperar as principais ruas e avenidas do município. “O descaso da Prefeitura de Patos representa uma ofensa ao princípio constitucional da eficiência e um desrespeito à devida prestação do serviço público ao usuário, contribuinte e consumidor”, disse.

Lançamento de cartilha e audiência pública marcam Dia de Combate ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes

O Ministério Público da Paraíba e o Ministério Público do Trabalho lançaram o Código de Conduta do Turismo contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e, logo depois, no Auditório da Procuradoria Geral de Justiça, foi realizada uma audiência pública, acerca do tema.

O lançamento do Código de Conduta do Turismo contra Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes contou com a parceria também da Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Sedes e Setur.

Segundo a Promotora da Infância e da Juventude, Soraya Escorel, o Código tem caráter educativo, mas também prevê punição a quem descumpri-lo, o que é importante para garantir que sejam preservados os direitos de crianças e adolescentes. “Os empresários precisam aderir ao Código para mostrar à sociedade que estão sensíveis ao pro-



Solenidade de lançamento conta com a presença de membros dos Ministérios Públicos Estadual e do Trabalho

blema”, ressaltou.

Já o procurador do Trabalho, Eduardo Varandas, do MPT, explicou que o documento tem como base o Código Internacional contra Exploração Sexual Infantil e foi amplamente discutido com representantes de várias entidades para que se chegasse ao produto final, que conta com a Legislação Criminal Brasileira em Defesa da Criança e

do Adolescente e 23 artigos, traduzidos por professores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) para quatro idiomas: inglês, espanhol, francês e alemão.

O código está sendo distribuído em todos os meios de hospedagem, bares e restaurantes de João Pessoa e de outros municípios com vocação turística.

Força-tarefa vai fiscalizar lan houses de João Pessoa

A Promotoria da Infância e da Juventude de João Pessoa fará uma força-tarefa para fiscalizar as lan houses na Capital e coibir a presença de crianças e adolescentes nesses estabelecimentos em horários impróprios. O Promotor de Justiça Alley Escorel instituiu procedimento administrativo para verificar o funcionamento das lan houses e realizou uma audiência com representantes do Poder Judiciário e Executivo para discutir o assunto.



Promotor Alley Escorel comanda reunião sobre a força-tarefa

A Secretaria de Planejamento Urbano de João Pessoa se comprometeu a disponibilizar a relação de todas as lan houses licenciadas para funcionar na cidade. Já os cinco Conselhos Tutelares ficaram de encaminhar à Promotoria da Infância e Juventude a relação contendo os estabelecimentos que funcionam como lan houses em suas áreas de atuação. “Vamos checar as duas relações para descobrir as lan houses irregulares”, explicou Alley Escorel.

Ficou decidido na audiência que o Corpo de Bombeiros vai fisca-

lizar os estabelecimentos quanto à prevenção de incêndios e pânico e a estrutura física dos prédios. A Polícia Militar dará segurança aos membros da força-tarefa e adotará os procedimentos legais, quando for constatada a ocorrência de crimes contra crianças e adolescentes e a prática de atos infracionais por adolescentes. A Secretaria de Segurança e Defesa Social também vai apoiar as atividades de fiscalização.

Denúncias - Segundo o Promotor Alley Escorel, são frequentes as denúncias de meninos e meninas que ficam em lan houses desacompanhados de seus responsáveis e em horários inadequados. Muitos chegam a comprometer o período escolar e a participar de competições virtuais realizadas durante a madrugada, além de ficarem vulneráveis a se tornar alvos de criminosos. “O acesso a sites pornográficos e a vulnerabilidade do público infanto-juvenil à pedofilia é também motivo de apreensão”, explicou o Promotor.

Propostas para proteger a infância são aprovadas

A criação de Varas Especializadas para investigar os crimes contra crianças; a informatização dos dados estatísticos referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes através do Sipia (sistema nacional de registro e tratamento da informação sobre a promoção e defesa dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente); a formação continuada dos profissionais que atendem esse público e uma maior integração entre os órgãos que atuam na prevenção e na repressão desses crimes. Essas foram as propostas aprovadas durante a audiência pública realizado na sede do MPPB.

Os participantes da audiência também propuseram a criação de uma Vara de Execuções na área da Infância e Juventude e que as delegacias da Infância funcionem 24 horas por dia e sejam abertas nos finais de semana e feriados.

A audiência teve como um dos principais objetivos reivindicar a implementação e o efetivo funcionamento da rede de proteção de crianças e adolescentes vítimas de abuso, exploração sexual e outros tipos de violência. Na ocasião, o Promotor da Infância e Juventude, Alley Escorel, destacou a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente para garantir a cidadania e a dignidade de meninos e meninas e cobrou o cumprimento da lei.

Promotora denuncia irregularidades na Cadeia Pública de Ingá e pede afastamento de servidores



Comercialização de bebidas alcoólicas e drogas; aluguéis de aparelhos celulares; saídas de presos em regime aberto e semiaberto em horários não permitidos pela Justiça e a utilização de alimentos como “moeda de troca” são algumas das irregularidades constatadas pelo Ministério Público Estadual na Cadeia Pública de Ingá. Os proble-

mas levaram a Promotora de Justiça Cláudia Cabral Cavalcante (foto), em parceria com o Poder Judiciário local, a solicitar dos secretários de Segurança Pública e da Administra-

ção Penitenciária o afastamento imediato de agentes penitenciários, policiais militares e da diretoria da Cadeia. A Promotora de Justiça também solicitou a abertura de processos administrativo e criminal contra todos os envolvidos no esquema.

As investigações sobre as irregularidades foram iniciadas em 2008. Na madrugada do dia 21, uma operação de revista na Cadeia resultou na transferência de presos acusados de liderar o esquema. Eles foram removidos para estabelecimentos prisionais de segurança máxima do Estado.

Segundo Cláudia, as irregularidades verificadas na Cadeia são de “extrema gravidade”. “Segundo a prova colhida, existia um bar dentro da cadeia, cujo nome era o ‘Bar de Lola’, onde um litro de cachaça chegava

à cadeia pelo valor de R\$ 40,00 e, de dentro, era comercializada em pequenas quantidades pelo valor R\$ 5,00. Da mesma forma, a droga chegava ao interior da cadeia em tampas de desodorantes ou similares”, informou.

Para ela, garantir os direitos e exigir o cumprimento dos deveres à população carcerária não depende apenas da atuação do MP e da Justiça, mas sobretudo da atuação do Estado. “Muitas vezes, o Estado mantém ou nomeia diretores de cadeias por apadrinhamento político, atendendo exclusivamente a interesse local, afastando-se completamente dos Fundamentos do Estado Democrático de Direito, especialmente, do princípio da Dignidade da Pessoa Humana, conforme, artigo 1º, inciso III da Constituição Federal”, criticou.

Juiz defere pedido de liminar do MP e obriga Prefeitura de São Bento a convocar aprovados em concurso

A Prefeitura Municipal de São Bento foi obrigada a nomear todos os candidatos aprovados dentro do número de vagas no último concurso público. A medida foi determinada pelo juiz da Comarca de São Bento, José Márcio Rocha Galdino, que acatou liminar requerida pelo Ministério Público da Paraíba em ação civil pública.

As provas do concurso, que ofereceu 403 vagas em diversos cargos, foram aplicadas em abril de 2007 e o resultado final foi homologado e publicado no dia 14 de junho. Segundo a Promotora de Justiça Geo-

vanna Patrícia de Queiroz Rêgo, esse foi o maior concurso público já realizado na cidade, com inúmeros inscritos, o que gerou considerável arrecadação para os cofres municipais, tendo em vista que o preço das inscrições variou de R\$ 60,00 a R\$ 20,00.

Decorrido quase dois anos, muitos dos aprovados ainda não haviam sido convocados. Por isso, a Promotoria ingressou com a ação judicial para obrigar a Prefeitura a convocar os aprovados e para que fosse prorrogado o prazo de validade do certame.

Prefeitura firma TAC e se compromete em reformar matadouro público

Um Termo de Ajustamento de Conduta foi assinado pela Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha (município localizado no Sertão da Paraíba), em que se comprometeu a realizar, até o final de agosto, melhorias na estrutura física do matadouro público da cidade. O descumprimento do TAC resultará em multa diária no valor de R\$ 500.

O TAC foi proposto pelo Promotor de Justiça Ítalo Mácio de Oliveira, após a constatação de várias irregularidades e da falta de salubridade no local. O representante do Ministério Público da Paraíba também recomendou ao prefeito a interdição imediata do açougue público municipal. Segundo ele, o local apresentava estrutura física deteriorada, telhado danificado e animais em seu interior. “Devido à absoluta ausência de requisitos mínimos de salubridade, recomendei a interdição no prazo de 48 horas, o que já foi cumprido. O matadouro estava numa situação menos crítica, mas também não atendia às normas de higiene e saúde pública”, explicou.

Obras

De acordo com o TAC firmado, a Prefeitura de Catolé do Rocha deverá pavimentar com paralelepípedos todas as dependências externas do matadouro público (abolindo as áreas de chão batido) e concluir a implantação do sistema suspenso de tratamento e manipulação dos animais abatidos, acabando definitivamente com o manejo da carne no piso do estabelecimento.

Operação “Casa em Ordem” fiscaliza comércios em Cajazeiras

A Promotoria de Defesa dos Direitos do Consumidor de Cajazeiras (município do Sertão da Paraíba) está realizando inspeções em vários estabelecimentos comerciais da cidade para verificar as condições de acondicionamento e a qualidade dos produtos vendidos, bem como a qualidade dos serviços prestados pelo comércio local aos consumidores.

A Operação “Casa em Ordem” já vistoriou padarias, supermercados, frigoríficos, granjas, abatedouros, farmácias, revendedores de gás de cozinha, postos de combustível, açougues, clínicas, hospitais, bares, restaurantes, casas de shows e eventos e clubes sociais. Em todos esses estabelecimentos foram analisadas as condições de higiene, segurança e o acondicionamento dos produtos e serviços comercializados.

De acordo com o Promotor de Justiça de Cajazeiras, Leonardo Cunha Lima de Oliveira, em alguns estabelecimentos foram constatadas irregularidades nas instalações, a ausência de licenças atualizadas e falta de higiene, bem como produtos impróprios para o consumo humano sendo comercializados. Algumas mercadorias foram apreendidas para incineração e os responsáveis pelos estabelecimentos foram notificados para que regularizem a situação, sob pena de interdição do local.

Além do MPPB, o Procon e a Vigilância Sanitária do município, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar, a Agência Estadual de Vigilância Sanitária (Agevisa), os Conselhos Regionais de Medicina, Farmácia, Engenharia e Arquitetura e Enfermagem e órgãos ambientais como a Sudema e a Sumac integram a Operação “Casa em Ordem”.

COMBATE AO NEPOTISMO

Prefeitura e Câmara de Coremas serão fiscalizadas pelo Ministério Público

Os gestores da Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores de Coremas (município localizado no Sertão da Paraíba) deverão enviar à Promotoria de Justiça da cidade uma lista atualizada com o nome completo, a função, a natureza da função e os vencimentos dos atuais servidores contratados temporariamente e ocupantes de cargos em comissão e funções gratificadas. A medida está prevista em uma recomendação do Ministério Público Estadual que pretende combater o nepotismo no serviço público municipal.

No início de maio, o Promotor de Justiça Eduardo de Freitas Torres (foto) recomendou ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Coremas que se abstenham de contratar, mesmo em casos excepcionais, parentes para ocupar cargos públicos. Depois que receber a lista com os nomes dos servidores contratados, o representante do Ministério Público irá constatar se há ou não a prática de nepotismo no município.

Caso venha a ser constatada a contratação de parentes (até o terceiro grau) dos gestores para cargos públicos comissionados, funções gratificadas ou prestação de serviços ao executivo e ao legislativo municipais, o MPPB recomendará a exoneração imediata do servidor e a nomeação ou contratação, no prazo de 45 dias, de pessoas qualificadas e desvinculadas de qualquer laço de parentesco com o prefeito, vice-prefeito, secretários, procurador-geral do município, ouvidor geral, dirigentes de pessoas jurídicas da administração pública municipal, vereadores, deputados, governador, vice-governador, membros do MPPB e do Poder Judiciário.



Recuperação da Bacia do Rio Gramame é discutida no MPPB

O MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA SE UNIU AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTRAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA TRAÇAR PLANOS DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS CAPAZES DE PROMOVER A RECUPERAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRAMAME E MELHORAR A CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS COMUNIDADES DE GRAMAME, MUMBABA E MITUAÇU NA PARAÍBA.

Para isso, os resultados de um estudo feito na Bacia Hidrográfica foram apresentados por professores e estudantes da Universidade Federal da Paraíba, durante uma reunião técnico-científica na sede da Procuradoria Geral de Justiça, onde foi discutida a qualidade das águas e o impacto da emissão de efluentes industriais nessa Bacia. A equipe da UFPB apresentou relatórios socioambiental, ecotoxicológico e químico, com os principais resultados dos estudos realizados em alguns trechos dos rios.

O monitoramento feito pelos professores universitários é resultado de um termo de ajustamento de conduta (TAC) celebrado pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual com três grandes empresas do Parque Industrial, localizadas no Litoral Sul da Paraíba. Os estudos científicos iniciados em abril do ano passado duraram um ano e custaram R\$ 111 mil, que foram pagos pelas empresas. Eles foram coordenados pelos professores doutores Tarcísio Cordeiro, Ilda Toscano, Loreley Garcia e Takato Watanabe e tiveram a participação de estudantes do curso de Ciências Sociais da UFPB.



A reunião aconteceu no gabinete da Procuradora-Geral de Justiça

O Promotor de Justiça do Meio Ambiente de João Pessoa, José Farias, disse que os resultados das pesquisas nortearão adequações no processo produtivo das empresas e servirão de base para a elaboração de políticas públicas para a Bacia Hidrográfica do Rio Gramame e para as três comunidades existentes em suas áreas de abrangências.

Além dos MPs, estão envolvidos no projeto as secretarias de Meio Ambiente e da Saúde da Paraíba, a Aesa, Sudema, Interpa, Delegacia Federal de Agricultura, a Prefeitura Municipal de João Pessoa e a UFPB.

Distribuidoras devem orientar consumidor sobre uso do GLP



As distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP, também conhecido como “gás de cozinha”) deverão assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em que se comprometem a desenvolver ações capazes de prevenir acidentes e de coibir a venda clandestina do produto. As empresas também deverão disponibilizar aos revendedores e aos consumidores informações sobre o uso adequado e seguro do gás de cozinha.

O TAC foi proposto no dia 14 de maio, durante uma audiência pública realizada na

Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, em João Pessoa, sob a coordenação do Promotor Glauberto Bezerra (foto). A expectativa é de que o acordo seja assinado em uma próxima audiência pública que está prevista para ser realizada na Promotoria.

Da primeira audiência participaram o secretário Executivo do Procon/PB, Roberto Sávio de Carvalho Soares; o Major do Corpo de Bombeiros, Vilmar Vilmar Dias de Oliveira e os representantes das distribuidoras de GLP Minagás, Liquegás, Ultragás e Nacional Gás.

De acordo com o TAC proposto, as distribuidoras deverão comercializar o GLP apenas para a rede credenciada ou autorizada por lei e ajudar, no que for possível, a regularização das pendências administrativas, caso existentes, daqueles que queiram compor a rede de revendedores. O MPPB também quer combater a venda clandestina de gás de cozinha e para isso, solicitou às distribuidoras que criem e disponibilizem um banco de dados com a relação de todos os revendedores de GLP da Paraíba.

Ministério Público capacita cerca de 90 Conselheiros Tutelares em cinco municípios paraibanos

Cerca de 90 Conselheiros Tutelares dos Municípios de Picuí, Baraúna, Frei Martinho, Nova Palmeira e Pedra Lavrada (foto) participaram de um curso de capacitação que foi realizado pelas servidoras do Ministério Público da Paraíba, Maria Aparecida Peixoto, Psicóloga e Fátima Bahia, Assistente Social.

De acordo com Maria Aparecida, os Conselhos Tutelares são formados por uma equipe de cinco titulares e cinco suplentes e que a cada três anos ocorrem eleições, por conta disso muitos conselheiros quando assumem não têm conhecimento da função que irão desempenhar. “Muitas pessoas desconhecem a função do conselheiro. Eles tomam ciência da importância do papel que vão assumir, por meio da capacitação”, destacou Aparecida.

A Promotora da Comarca, Juliana Salmito foi quem fez a solicitação ao 1º Cen-

tro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça para a realização da capacitação.

Participaram do evento o Prefeito de Picuí, os Secretários de Ação Social das cinco cidades participantes e representantes do Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente. Os Conselhos Tutelares já existem nos Municípios há três anos, sendo esta a segunda gestão.

Há cinco anos que o Ministério Público Estadual vem capacitando os Conselheiros Tutelares nos municípios paraibanos.

